

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**PROGRAMA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS**

“CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA”

**PROPOSTA DE AÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1997 À 2000**

**ADMINISTRAÇÃO: AMILTON BEZERRA GADELHA
TIAGO MONTALVO CARDOSO**

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO: GERSEM DOS SANTOS

São Gabriel da Cachoeira , maio de 1997.

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

A - Título do Programa

- **CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA**

B - Proponente / Endereço

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

End. Av. Álvaro Maia, 569 - Centro. São Gabriel da Cachoeira - AM / Brasil

CEP 69.750-000 Tel. (092) 471- 1447 Tel./fax. (092) 471-1188

C - Responsável

- **Amilton Bezerra Gadelha**
Prefeito Municipal

D - Objetivo Geral do Programa

- **Viabilizar a implementação da educação escolar indígena no município de acordo com os anseios legítimos das comunidades, assegurados pela Constituição Federal.**

E - Área de abrangência do programa

- **Todo o espaço territorial do município, onde vivem 25.000 índios de 19 grupos étnicos, em 406 comunidades, 04 sedes distritais e mais a sede do município com 90% de sua população indígena.**

F - Custo Total

G - Beneficiários

- **Os principais beneficiários do programa “ CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA” serão as crianças, adolescentes, professores e a comunidade indígena em geral. Neste ano de 1997 estão matriculados em todo o município 10.000 estudantes de nível primário e secundário (1º e 2º Graus), dos quais 9000 são estudantes indígenas. Temos 427 professores em atividade, dos quais 389 são professores indígenas.**

Além desses beneficiários citados acima, o programa visa também atingir pessoas que não tiveram oportunidade de escolarização, priorizando, para isso, alfabetização de adultos, com, o propósito de erradicar o analfabetismo na região.

H - Assessoras

- **O presente programa contará com um corpo permanente de assessores/consultores:**
 - **Antonio Carlos Ribeiro Fester - educador, escritor - São Paulo/SP**
 - **Rosa Helena Dias da Silva - pedagoga, doutoranda em educação na USP, Cimi/Manaus**
 - **Marta Maria Azevedo - antropóloga - MARI/USP, NEPO/UNICAMP**

II - APRESENTAÇÃO

O presente programa é uma tentativa de síntese do que a Secretaria Municipal de Educação se propõe a implementar na área de Educação Escolar Indígena no Município de São Gabriel da Cachoeira.

Tem por objetivo apresentar as informações recolhidas e organizadas a partir de um diagnóstico da realidade das escolas indígenas no Município, de forma a subsidiar e facilitar as instituições educacionais na execução de projetos prioritários, na definição de trabalhos em parceria e na implantação de um programa municipal de escolarização ancorado no projeto político-pedagógico dos povos indígenas, considerando que o município tem sua população de 90% indígena de 19 povos diferentes, quais sejam: tucanos, dessanos, tarianos piratapuias, baniwas, kurripacos, yanomamis, barassanos, miritis, sirianos, cubeos, werequenas, tuiucas, Hupde, Yuhuode, barés, carapanás, macus e dâws.

Para elaborar o programa, optou-se por uma metodologia que valorizou a participação direta dos setores interessados, principalmente as instituições educacionais, os professores e as comunidades indígenas, adotando-se a seguinte sistemática:

- a) Elaboração de um anteprojeto de trabalho, discutido com representantes de várias instituições, lideranças e professores indígenas.
- b) Visita a escolas, expondo a proposta de trabalho, levantando informações sobre as situações às escolares específicas.
- c) levantamento das principais conclusões e propostas dos seminários, cursos, encontros de professores realizados na região, na busca de informações complementares sobre a temática local, resgatando o que já foi pensado e sugerido em diversas ocasiões.
- d) Visita às comunidades indígenas, contactando lideranças e registrando suas reivindicações e sugestões.

Do que se acumulou, foi possível detectar a existência de duas lacunas fundamentais, além da já conhecida ausência de uma política de educação escolar indígena: a) a inexistência de um programa de formação de professores ancorado na realidade específica de cada povo e, b) a inexistência de uma sistemática de responsabilização das agências educacionais, que defina competências, explicita atribuições, oriente parcerias e outras formas de cooperação mútua.

O Município de São Gabriel da Cachoeira vem através do processo crescente de abandono das áreas indígenas em busca de cidade, aumentando gradativamente a população das cidades, ao passo que em proporções bem maiores, vem enfrentando um crescimento brusco em problemas de várias ordens, desde a falta de moradia, infra-estrutura urbana à falta de escolas que atendam as demandas do ensino básico. O problema da corrida às cidades pode ser atribuído a dois fatores primordiais:

- 1) A “febre” da educação formal: ou seja, a idéia da educação formal, apresentada como a única solução para todos os problemas do homem de hoje. O jovem indígena influenciado por essa ideologia, corre desesperadamente atrás

de mais estudos, e arrasta consigo toda a família, causando sérios transtornos a si próprio e à sua comunidade. Os resultados dessa corrida são quase sempre a decepção e angústia: por vários motivos, não consegue espaço na sociedade e, ao tentar retornar ao seu ambiente cultural de origem, ou está inabilitado (fora dos padrões, porque se descaracterizou culturalmente) ou a própria comunidade não o aceita mais, como forma de proteção dos valores tradicionais, tornando-se assim um estranho entre os seus.

- 2) **Falta de alternativas econômicas:** as dificuldades de sobrevivência nas comunidades são muito grandes em função das grandes mudanças ambientais, sociais, culturais e econômicas que ocorreram nos últimos anos, sem que alguém apresentasse alternativas para a nova realidade e que se concretizasse uma política mais ampla, buscando soluções para as novas situações, tendo como referência as necessidades, aspirações e projetos dos próprios povos indígenas. Esta situação estimula as famílias a buscarem, fora de suas aldeias, qualquer alternativa, muitas vezes iludidas, por promessas políticas.

Na sede do município, são centenas de crianças, adolescentes e jovens indígenas que, por falta de perspectivas, adentram no mundo das drogas e da prostituição. Nesse sentido, é urgente e de fundamental importância, viabilizar oportunidades de formação adequadas enquanto sujeitos; e que possam contribuir no resgate de seus direitos de cidadãos. Estariam articulando-se assim, dois valores complementares: Educação e cidadania.

Devido a falta de escolas apropriadas, que atendam à demanda de formação dessa clientela específica das comunidades indígenas, existe uma grande quantidade de pessoas com pouca formação ou ao contrário, com bastante formação, mas que não úteis à comunidade. OU seja, as propostas de escolas estão deslocadas da realidade concreta e da vida das pessoas e sua coletividade.

O Programa “CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA” busca suprir essa lacuna no processo educacional do município. Longe de pretender ser modelo, assumi esse desafio concreto no contexto do final de milênio, com todos seus componentes técnico-científicos. Com o objetivo de oferecer condições reais para a viabilização de uma política educacional voltada especificamente para as populações indígenas, geridas a partir de seus anseios e perspectivas próprias; assumindo-o como dívida social, o Programa Municipal preocupa-se com a formação qualitativa da população e mais além, com o futuro próprio do município.

- O Programa pretende facilitar discussões entre as diversas instituições envolvidas, com a finalidade de otimizar os recursos humanos e financeiros, garantindo a participação das comunidades e representantes indígenas, traçando em conjunto as novas Diretrizes da Política de Educação Indígena para o Município.

É nosso entendimento que a temática da educação escolar indígena em geral deva ser tratada à luz de uma política ancorada nos princípios do respeito à autonomia dos povos e diversidades, da cooperação interinstitucional, da efetividade e da qualidade do ensino.

Enfim, o programa pretende oferecer subsídios e mecanismos para implantação de uma política educacional que valorize as culturas indígenas e ao mesmo tempo

propicie às comunidades a aquisição de instrumental necessário para uma interação menos conflituosa e uma convivência digna com a sociedade não-indígena.

III - PRESSUPOSTOS

As necessidades do Município de São Gabriel da Cachoeira, são por demais emergentes e urgentes. Atender a população indígena, proporcionando-lhes condições necessárias para o seu desenvolvimento, será uma prioridade deste governo municipal. A educação é fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico e social dos povos.

Encontrar saídas para os graves problemas que enfrentamos, deve partir do princípio da instrução, formação e qualificação adequada dos cidadãos. Neste sentido, ter crianças e adolescentes fora da escola, é não proporcionar-lhes oportunidades, o que gerará um futuro incerto, considerando a velocidade com que caminha o mundo de hoje.

A demanda de atendimento para esta grande parte da população de São Gabriel, não é somente de serviços educacionais. O município carece também de um centro de formação profissional; de espaços para a prática de esporte e lazer; de ações que atendam as reais necessidades do desenvolvimento dos sujeitos a partir de suas várias dimensões humanas, dentro do espírito de coletividade e de comunidade em que vive.

A Prefeitura está dando ênfase para as ações educacionais no município, desenvolvendo processos de capacitação e atualização dos professores das áreas urbanas e não-urbanas, equipando as unidades de ensino, efetuando reformas de escolas e construindo novas unidades para o ensino fundamental.

Todavia, as necessidades são por demais complexas, numerosas e significantes para conseguirmos solucioná-las somente com as iniciativas do próprio município. É primordial estabelecer articulações e parcerias com outras instituições e instâncias afins.

O momento é propício para formulação e execução de uma nova prática educacional nas comunidades indígenas. Os povos indígenas dessa região tomaram uma nova consciência sobre sua realidade histórica e querem construir o seu futuro com dignidade. A nova consciência das contradições e complexidades dos problemas e desafios enfrentados, pode acrescentar aos conhecimentos tradicionais, a urgente necessidade de entender a dinâmica da sociedade envolvente, assim como de ter o domínio dos novos saberes, que ajudem no encaminhamento das novas situações.

O marco fundamental são alguns princípios que orientam essa luta.

Alguns princípios, já na década de 80, foram tomados, dentro das várias iniciativas que vinham surgindo, seja nas escolas, seja nas comunidades, seja em diversas instâncias de organizações indígenas. São linhas políticas fundamentalmente ligadas às questões pedagógicas e culturais.

Se temos hoje leis bastante favoráveis a essas iniciativas, na prática, ha enormes distâncias, conflitos e contradições a serem superadas. Como construir hoje nas escolas indígenas, novos parâmetros, contrapondo-se à mais de cem anos de um

modelo de sistema escolar, que não tinha nada a ver com as pedagogias e métodos próprios de aprendizagem das diferentes culturas tradicionais? Avaliamos que o ponto central, o mais importante é justamente ter resgatado o conceito mais amplo de educação. Essa concepção original de ligar a prática educacional à prática da vida. Em termos de futuro, essa perspectiva é vista como algo que seja capaz de atingir as necessidades emergentes hoje na realidade histórica-cultural dos povos indígenas do Rio Negro.

É preciso criar e garantir um ambiente plural de discussão - um laboratório de idéias - que possam estar orientando as diversas práticas, das várias iniciativas educacionais existentes entre os povos indígenas.

Vemos a educação como uma linha mestra, um ponto essencial para a vida e a história de um povo. É necessário então que se tenha em conta todas as dimensões que fazem parte desta vida.

Quando se trata da temática da Educação Escolar Indígena, é preciso necessariamente delimitá-la dentro da questão mais ampla da Educação Indígena. Faremos isso, através de breves reflexões.

O fato do processo educativo nas sociedades indígenas apresentar diferenças radicais quanto à chamada “educação nacional” levou os colonizadores que aqui chegaram à uma conclusão equivocada de que não existia educação indígena. Numa visão etnocêntrica, pressupõe-se que os índios não tinham educação, porque não tinham as mesmas formas e modelos educacionais ocidentais. É com essa perspectiva que, historicamente têm-se implantado os projetos escolares para os índios. Em outras palavras, a escola e a alfabetização entram em cena como sinônimo de educação.

Um dos pressupostos básicos deste Programa de Educação Escolar, que irá atender especificamente um Município cuja população é quase totalmente indígena (90% segundo Censo Autônomo da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN) é o entendimento e afirmação de que sempre houve formas próprias de educação indígena e de que as pedagogias indígenas são um valor fundamental, que devem também orientar os trabalhos escolares. Entendemos educação como todo conhecimento que uma comunidade ou povo possui e que é de domínio de todos, transmitidos de pais para filhos e necessários para viver bem. neste sentido, educação não é o mesmo que escola. É o processo através do qual toda pessoa aprende a viver. Essa aprendizagem se dá na família, na comunidade ou no povo.

A educação escolar, enquanto um novo espaço e tempo educativo, deverá basear-se nos princípios educativos e métodos próprios de aprendizagem dos povos indígenas (conforme garante a Constituição do Brasil) para então acrescentar outros conhecimentos, necessários para a vida atual.

Um segundo pressuposto é de que a escola não é o único lugar de aprendizado. Ela é uma maneira de organizar alguns tipos de conhecimento para ensinar às pessoas que precisam, através de uma pessoa que é o professor. Escola não é o prédio construído ou as carteiras dos alunos, são os conhecimentos, os saberes. Também a comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída.

Vejamos alguns valores e mecanismos da educação tradicional dos povos indígenas do Rio Negro, mantidos e valorizados até hoje.

- **A família e a comunidade ou povo são os responsáveis pela educação dos filhos**
É na família que se aprende a viver bem: ser um bom caçador, um bom pescador...
- **Aprende-se a fazer roça, plantar, fazer farinha;**
- **Aprende-se a fazer canoa, cestarias;**
- **Aprende-se a cuidar da saúde, benzer, curar doenças, conhecer plantas medicinais;**
- **Aprende-se a geografia das matas, dos rios, das serras, da matemática e geometria para fazer canoas, remos, casas, roças, cacuri, etc.;**
- **Não existe sistema de reprovação ou seleção;**
- **Os conhecimentos específicos, como o dos pajés, estão a serviço e ao alcance de todos;**
- **Aprende-se a viver e combater qualquer mal social, para que não tenha na comunidade crianças órfãs e abandonadas, pessoas passando fome, mendigos...**
- **Alunos e professores de escolas atuais ensinam novos conhecimentos úteis aos antigos pajés, mestres e caciques tradicionais e vice-versa;**

É extremamente importante reconhecer que os povos do Rio Negro ainda mantém viva as suas formas de educação tradicional, que podem e devem contribuir na formação de uma política e prática educacional adequada, capaz de atender aos anseios, interesses e necessidades diárias da realidade atual. Tais conhecimentos não são necessariamente incompatíveis com os conhecimentos da escola moderna.

Um terceiro pressuposto inicial é ligado à avaliação de que a escola é hoje uma espécie de necessidade “pós-contato”, que tem sido assumida pelos índios, mesmo com todos os riscos e resultados contraditórios já registrados ao longo da história. A escola é assim, dentro deste contexto, um lugar onde a relação entre os conhecimentos tradicionais e os novos conhecimentos deverão se articular de forma equilibrada, além de ser uma possibilidade de informação a respeito da sociedade nacional, facilitando o “diálogo intercultural” e a construção de relações igualitárias - fundamentadas no respeito, reconhecimento e valorização das diferenças culturais - entre os povos indígenas, a sociedade civil e o Estado. Sabemos que essa é inclusive a perspectiva apontado pelos “Novos Parâmetros Curriculares do MEC”, onde figura, entre os “temas transversais”, a questão da diversidade cultural. Queremos que este Programa de Ação, possa contribuir neste complexo processo de mudança de mentalidade e postura quanto às diferentes culturas dos povos que habitam e constituem o nosso país: olhar a diferença não como um problema, mas como um valor, um enriquecimento da nossa sociedade brasileira (um patrimônio nacional).

Nosso entendimento é que a escola, um dos principais instrumentos usados durante a história do contato para descaracterizar e destruir as culturas indígenas, possa vir a ser hoje um instrumental decisivo na reconstrução e afirmação das identidades. O desafio que se coloca é o de pensar as escolas indígenas nos seus limites e possibilidades - dentro da realidade atual, cada dia mais norteadas por tendências homogeneizantes e globalizantes.

Um último pressuposto então é que esse esforço de projetar uma nova educação escolar indígena só será realmente concretizado com a participação direta dos principais interessados - os povos indígenas da região. Essa participação efetiva, em todos os momentos do processo, não é mero detalhe técnico ou formal, mas sim a garantia de sua realização.

Este programa será desenvolvido e executado segundo princípios e critérios administrativos definidos e garantidos pela comunidade, assumidos pela atual administração municipal. Tais critérios devem seguir os seguintes parâmetros:

1. O Programa é um esforço de sistematização de todos os conhecimentos e experiências acumuladas ao longo dos últimos anos a partir de encontros, seminários, cursos e projetos específicos, voltado para a questão educacional indígena.
2. Participação efetiva e organizada da comunidade.
3. Parceria com instituições afins.
4. Valorização e fixação de recursos humanos na região.
5. Fortalecimento e consolidação dos Conselhos Municipais.
6. Interação do programa educativo com programas de outras áreas principalmente saúde, cultura e meio ambiente.
7. Avaliação constante do andamento das ações do programa, sempre com a participação dos envolvidos, a partir de dados concretos.
8. A execução das atividades do programa serão sempre acompanhadas de uma análise crítica que possibilite seu contínuo aperfeiçoamento.
9. Secretaria Municipal de Educação produzirá quadrimestralmente um relatório descritivo e avaliativo das ações em andamento.
10. O Poder Executivo Municipal servirá como apoio, incentivador e facilitador do desenvolvimento do programa, tendo como principal tarefa, garantir a eficácia de seus objetivos.
11. Criar a nível de município, uma legislação que possibilite a normatização, regulamentação e oficialização das escolas indígenas, de acordo com os preceitos constitucionais.

12. Ter como perspectiva de trabalho um mínimo de interferência tutelar dos não-índios no processo de construção das escolas indígenas, a fim de que, progressivamente, os índios assumam a questão da educação escolar, como uma das formas de consolidação da sua autonomia política-educacional e econômica.

A comunidade sendo gestora do programa é fundamental que sua participação seja cada vez mais fortalecida e responsável. Esta participação se dá em todos os níveis de organização e representação dos diversos seguimentos da sociedade: organizações indígenas, igrejas, associações, sindicatos, ONG'S, lideranças comunitárias, partidos políticos, universidades e centros de pesquisa.

IV- OBJETIVOS E METAS

- Possibilitar que a escola assuma efetivamente seu papel de contribuir na solução dos problemas enfrentados pelas comunidades.
- Possibilitar que a escola seja o centro de construção dos diferentes saberes: acadêmico, popular e indígenas.

- Criar estratégias próprias, a partir da realidade sócio-política-cultural local e global, tendo consciência clara das possibilidades concretas.
- Efetivação de escolas verdadeiramente indígenas, com currículos e regimentos próprios, reconhecidos oficialmente.
- Elaboração e publicação de materiais didáticos próprios e adequados: cartilhas, livros de leitura, histórico dos povos, etc.
- Capacitação adequada dos professores indígenas e melhor qualidade de ensino.
- Implantação de escolas mais avançadas (profissionalizantes) capazes de ajudar a resolver os problemas dos povos e garantir o futuro desejável.
- Erradicação do analfabetismo.
- Intercâmbio com outras experiências a nível de Brasil e também da América Latina.

V - BREVE DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

5.1 SITUAÇÃO HISTÓRICA

A exemplo de outras regiões da Amazônia, os povos indígenas do Alto Rio Negro (onde se situa o município de São Gabriel da Cachoeira) tiveram os primeiros contatos com os colonizadores brancos, já em meados do século XVII. Este contato na primeira fase, se deu através de viagens esporádicas de bandeirantes, aventureiros, pesquisadores e, sobretudo, de expedições militares.

Na segunda fase, as viagens foram organizadas pelo próprio governo, quase sempre compostas de três seguimentos: militares, comerciantes e missionários. Na terceira fase, as viagens também foram organizadas pelo governo, preferencialmente para missionários, dando início definitivamente às atividades de aldeamento e construções de missões.

As viagens da primeira fase tinham como principal objetivo o reconhecimento e expansão territorial e caça às riquezas minerais e florestais da região. A segunda fase ficou marcada pela violência institucionalizada, promovida pelas operações oficiais de “recrutamento”, chamados também de “descimentos” ou “guerras justas”. Operações que tinham como objetivo recrutar os índios para servir de mão-de-obra escrava nos centros administrativos da colônia. A partir da terceira fase, os novos objetivos eram a catequese e a integração compulsória dos índios. Mais tarde, esta tarefa será reforçada por novos agentes como: comerciantes, militares, agentes do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e os políticos.

A partir de 1657, com ações de sertanistas e de religiosos, começam a se estabelecer os primeiros povoamentos no Alto Rio Negro. Em 1759, com a implantação de um forte por um destacamento militar, dava início o processo definitivo de formação de um povoado que tornou-se conhecido em 1833 com o nome de São Gabriel. Mas, foi em 03 de setembro de 1891, através da lei Estadual nº.10, que se deu a criação do Município de São Gabriel da Cachoeira

Com a implantação das primeiras missões religiosas, iniciou-se também a implantação das primeiras escolas para os índios da região. Este primeiro modelo de edu-

cação escolar aliado à prática catequética, tinha tarefas claras e definidas, a partir da concepção mais comum da época: tornar os índios em “bons cristãos e bons cidadãos”. A grande diversidade cultural dos povos era o maior obstáculo, que exigiu criar diferentes estratégias de dominação..

Mais recentemente, as escolas em forma de internato e semi-internato representam um pouco o afunilamento dessas estratégias e práticas educacionais.

A história oficial de São Gabriel inicia-se no Século XIX com a entrada sistemática das frentes colonialistas, precisamente das frentes escravistas - na busca de mão-de-obra escrava para a comercialização nos principais centros mercantis da Colônia. Período marcado, como apontamos acima, pela violência institucionalizada.

A partir da segunda metade do séc. XIX, as atividades extrativistas vegetais (borracha, cipó, piaçava e outras gomas) passaram a ter elevado significado econômico para a região. A ação das frentes extrativistas, foram igualmente perniciosos aos povos indígenas.

Com a implantação das atividades missionárias, esta realidade aos poucos foi tomando novo rumo, na medida em que os missionários ajudavam a proteger os índios e através da educação escolar, foram criando condições de autodefesa dos índios. Neste período áureo da atividade missionária, os novos “patrões” dos índios eram os próprios missionários, que abasteciam as comunidades ao redor das missões, de mercadorias de primeira necessidade dos índios: sabão, sal, querosene, anzol, material de trabalho, confecções e muitos outros objetos.

O grande investimento educacional por parte dos missionários, dará condições ao equilíbrio político recente e atual, quando grandes projetos integracionistas e desenvolvimentistas tentarão se implantar na região. Os índios, de forma organizada, enfrentarão estas investidas, defendendo seus direitos e interesses.

Muito embora o contato de alguns povos indígenas com as expedições coloniais, tenham ocorrido no início do século XVII, a instalação das primeiras escolas destinadas aos índios deu-se apenas no início deste século com as instalações de centros missionários na região.

A partir de então outras agências educacionais chegaram ao município com o propósito de atuar direta ou indiretamente com a educação dos índios.

Embora com papéis coadjuvantes, os missionários partilharam dos trabalhos de educação escolar e do atendimento à saúde em parceria com outras agências, particularmente com órgãos públicos.

O trabalho missionário teve início já no século XIX, embora com visitas e presenças esporádicas. Apenas no início deste século, as Missões Salesianas iniciaram seu trabalho definitivo na região, fundando missões de catequese, abrindo escolas em formas de internato, contribuindo em muito para a atual configuração educacional local.

Na região do Alto Rio Negro, foram consolidados 5 grandes centros missionários (MISSÕES) distribuídos geograficamente: São Gabriel da Cachoeira, Taracua, Pari-Cachoeira, Iauaretê e Içana. Mais tarde, os salesianos fundaram também a Missão de Maturacá junto aos índios yanomami. A fundação dessas “missões”

ocasionou grandes concentrações humanas indígenas ao redor delas, que facilitava a atividade escolar e catequética.

Se por um lado, facilitava o trabalho missionário, por outro, prejudicava a forma de organização social tradicional dos índios, provocando esvaziamento das antigas aldeias, perda das tradições e valores culturais.

De igual forma, a partir de 1920, outras frentes missionárias e agências educacionais se instalaram na região. Precisamente nos rios Içana e Xié, se instalam as missões protestantes conhecidas na região como “crentes” hoje comandadas pelas Novas Tribos do Brasil, provocando disputas entre católicos e protestantes.

Também neste período surgem as primeiras escolas em comunidades indígenas mantidas com apoio do governo municipal, mas sempre em convênio com as missões. Como se pode notar, o Órgão Indigenista Oficial, antes o SPI, e atualmente a FUNAI, nunca teve participação expressiva na área de educação escolar dos índios.

Conforme afirmamos anteriormente, no âmbito bem geral, a instalação dessas agências educacionais contribuíram para atual configuração da realidade escolar no município, com duas realidades bem distintas: 1) regiões de predominância dos missionários católicos, atualmente com bom nível de escolarização e de organização social e política, sobretudo na região do “Triângulo Tucano”(Taracúá, Iauaretê e Pari-Cachoeira). Esta região apresenta o menor índice de analfabetismo do município; 2) regiões de predominância dos missionários evangélicos, com baixo nível de escolarização e organização social e política.

Mais recentemente, com a instalação de grandes quartéis e pelotões do Exército Brasileiro, algumas escolas começaram a funcionar com apoio do Exército, através de convênios com o governo do Estado. De forma geral, a manutenção das escolas na região se dão em dois níveis:

- 1) Escolas da rede municipal, mantidas pela Prefeitura Municipal;
- 2) Escolas conveniadas: mantidas por convênios entre o governo do Estado e a Prefeitura Municipal, o Governo do Estado e as Missões e o governo do Estado e o Exército.

A partir de 1980, o governo federal, lançou vários projetos de ocupação da região, especificamente através da presença militar e da exploração mineral. Assim, temos nos anos de 1987 e 1990 a construção de novos quartéis e pelotões de fronteira sob o comando do “Projeto Calha Norte”, ao mesmo tempo em que duas empresas mineradoras (Goldmazon e Paranapanema) se instalam na região com o propósito de pesquisa mineral na região do Traíra - Rio Tiquié e na Serra do Caparro no Rio Içana. Estimulados pelas idéias desenvolvimentistas e da corrida a extração mineral, inicia-se neste período as constantes invasões garimpeiras por toda a região.

Entre 1993 e 1994 uma grande frente garimpeira invadiu a região do Médio Rio Negro, que chegou a ter mais de 4000 homens. Com a pressão dos índios, o problema foi resolvido em uma Audiência Pública realizada em Manaus, promovida pelo governo do Estado, na qual a sociedade organizada reprovou o projeto dos garimpeiros.

Estas investidas geraram tensão na região. Entra em cena a luta indígena organizada através de associações que tem conseguido expressivas vitórias e conquistas.

Como consequência maior dessa fase tumultuada, temos hoje um mercado local explorador e caro, que chegou a ter como moeda referencial o grama/ouro, isto é tudo a preço de ouro, dificultando em muito a sobrevivência dos índios das aldeias.

5.2 SITUAÇÃO ATUAL

Com uma área territorial de 112.255 Km² (cento e doze mil duzentos e cinquenta e cinco quilômetros quadrados), o município de São Gabriel da Cachoeira é formado basicamente por uma população indígena, cuja proporção atinge uma média de 90%, advinda de 19 povos, espalhadas por todo território. São 409 comunidades indígenas que ficam a espera do poder público para atendimento de suas necessidades e anseios, muitas delas essenciais e de responsabilidade do executivo municipal, estadual e federal, por conta das raízes étnicas.

O ensino fundamental, apesar de todos os problemas de adequação à realidade local, tem sido objeto de ação e priorizado pelo município. Todavia, existe uma precariedade muito grande com relação as escolas indígenas. As vagas oferecidas para a comunidade na faixa etária de 5^a à 8^a série, são insuficientes. A fraca e inadequada preparação/qualificação os deixa de certa forma fora das condições de trabalho seja ele formal, informal ou tradicional.

O município de São Gabriel conta atualmente com 178 escolas na área indígena de ensino fundamental de 1^a a 4^a série, 03 escolas estão na sede do município e 04 (quatro) nas sedes dos distritos. Dessas 07 escolas, quatro são do executivo estadual, administradas por religiosas, através do convênio estabelecido com a Diocese; duas conveniadas com o Exército Brasileiro e apenas uma da rede municipal de ensino. Apenas três escolas da rede estadual oferecem formação de 1^o e 2^o Grau.

Neste ano de 1997, 10.000 alunos estão em salas de aula e, mais de 3000 na faixa etária escolar estão fora, ou por falta de vagas nas escolas, - como é o caso da sede do município, ou por falta de escolas, - como é o caso das comunidades da área indígena. Das 409 comunidades indígenas do Município, apenas 185 comunidades dispõem de atendimento escolar. Ainda assim, a maioria absoluta dessas escolas funcionam em precárias condições. A grande maioria está sem carteiras, lousas ou simplesmente, funcionando em lugares improvisados, como casas particulares ou em capelas das comunidades.

Levando em conta as obrigatoriedades do poder público para com o atendimento de crianças e adolescentes, conforme prevê o seu Estatuto, o ECA, e ainda que, a educação é mais que um direito garantido na Legislação, é de fundamental importância, para o bom desenvolvimento e construção da cidadania, a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, prioriza às comunidades indígenas, o seu direito de ter e freqüentar a escola que deseja ter, com qualidade e pluralidade.

Avaliamos que, embora toda prática dominadora do sistema educacional ao longo do último século, os povos indígenas do Rio Negro resistiram e sobreviveram física

e culturalmente e, mais do que isso, souberam aproveitar muita coisa positiva dessa longa experiência. Aprenderam muito sobre “o mundo dos brancos” e estão usando essa sabedoria para defender seus direitos e suas vidas. Este é um dos saldos positivos deste período, e que representa uma esperança presente e futura, capaz de superar os desafios trazidos pelo contato.

São Gabriel da Cachoeira, localiza-se na região do Alto Rio Negro a noroeste do Estado do Amazonas, nas fronteiras do Brasil com a Colômbia e Venezuela. Trata-se de uma região de terra firme, pouco elevada, coberta por floresta tropical densa, com zonas sujeitas a inundações periódicas, com solo de fertilidade natural baixa e clima quente e úmido. Seu território de 112.255 Km², representando 7,8% da área total do Estado do Amazonas, é cortado por numerosos rios, tributários do Rio Negro, entre os quais o Xié, Aiari, Uaupés, Papuri, Tiquié, Içana, Querari, Curicuriari, Cubate, Piraiawara, Cuiari e seus numerosos afluentes.

Dois características importantes destes rios para o desenvolvimento do município, estão ligadas às dificuldades que apresentam para a navegação de embarcações de grande porte e médio porte, devido a existência de inúmeras cachoeiras ou corredeiras e, à composição das águas, cuja coloração escura e teor ácido, determinam dificuldades ao desenvolvimento de vida subaquática e pouca quantidade de peixes.

O acesso ao município se São Gabriel da Cachoeira ocorre através da via fluvial, meio de transporte um pouco demorado, porém existindo um número de embarcações razoavelmente satisfatória; e através de via aérea, dispondo-se atualmente de 04 empresas operando na região com vôos diários. As dificuldades de transporte para o interior do município (onde habitam 70% da população), geradas pelos acidentes geográficos e a variação de secas e cheias dos rios, são agravadas pela inexistência de navegação comercial. A maioria dos deslocamentos para essa região é feita por via fluvial em pequenos barcos de particulares e, algumas vezes, em embarcações das associações indígenas locais. O Município está distante da capital do Estado do Amazonas (Manaus) 852 Km em linha reta e 1061 Km por via fluvial. Tem altitude de 90 m acima do nível do mar.

Apresentando grande potencial para o desenvolvimento do turismo ecológico e de aventura, São Gabriel tem indiscutíveis marcas paradisíacas, formadas por paisagens naturais de exuberantes cachoeiras, do Pico da Neblina, da Serra do Padre, da Bela Adormecida, de inúmeras ilhas e praias, enfim, do imenso verde da Amazônia e de tantas outras atrações paisagísticas naturais, que se mantêm ao longo dos tempos preservadas e sem alterações em suas formações.

Atualmente, têm-se na região uma organização indígena forte - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, com suas 23 associações filiadas e as diferentes instituições públicas se debruçando em busca de superação dos problemas, sobretudo quanto ao modelo de desenvolvimento viável e adequado para a região com o mínimo de interferência nociva às populações indígenas e ao meio ambiente.

Precisamente neste ano de 1997, teremos a demarcação das terras indígenas do Alto Rio Negro, num total de 11.000.000 de hectares, já assinados pelo governo federal. É uma conquista de 20 anos da luta organizada dos índios, o que dá mais

garantia na busca por um desenvolvimento justo e necessário para a população local.

5.3 - AS PRINCIPAIS TIPOLOGIAS DE ESCOLAS INDÍGENAS

Vimos anteriormente que existem no Município 19 povos indígenas vivendo os mais diversos graus de contato com a sociedade regional, localizados em diferentes regiões, atendidos por diferentes agências e com diferentes compreensões da função institucional da escola.

É portanto, nos limites impostos pela defasagem entre o que diz a lei e o que ocorre na realidade, entre o idealizado e o possível que, ainda e infelizmente, trataremos da educação escolar em São Gabriel da Cachoeira.

Temos presente que ao adotar-se categorias tipológicas genéricas que ordenem, especifiquem e diferenciem os programas educacionais junto aos 19 povos, não elimina-se o risco de indesejáveis padronizações e generalizações. Porém, representa uma possibilidade de compreensão das realidades presentes e de práticas, que sabidamente, não respondem satisfatoriamente aos anseios das populações indígenas em geral e dos professores em particular.

Diante dos acúmulos de informações baseados no período de convivência e de dados documentais, sugerimos a existência de 5 tipologias básicas em que poderão ser agrupadas as realidades e expectativas dos índios quanto à educação escolar no Município.

a) Povos indígenas com bom nível de escolarização

Enquadram-se nessa situação os índios situados basicamente ao longo do Rio Uaupés e seus afluentes, excetuando-se os índios Hupde. Caracterizam-se por seus quase um século de contato permanente, e população média de 7000 pessoas. O alto investimento das missões católicas no setor educacional, possibilitou que esta região seja uma das mais escolarizadas áreas indígenas do país, com índice baixíssimo de analfabetismo. Na região existem 78 escolas de 1ª a 4ª série, uma escola de 1º e 2º grau e 04 escolas de 1º Grau completo. 90% dos professores que trabalham na região tem o curso de magistério a nível de 2º grau e alguns com curso superior. Aqui está a maior parte das etnias do município: tucanos, dessanos, tarianos, piratapuias, wananos, cubeos, miritis, tuiucas, sirianos, carapanas. O êxodo rural é bastante elevado. As lideranças indígenas, organizadas em associações, representam a vanguarda do movimento indígena da região e no campo da educação escolar, os professores também estão mais articulados e fortalecidos, e contam hoje com o Vice-prefeito do Município, o Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e dois vereadores na Câmara Municipal (parlamento).

Eles apresentam muita disposição e postura de autodefesa. Tal entendimento se expressa na insistência com que reivindicam seus direitos e buscam suprir suas necessidades. São povos que embora escolarizados, conservam com rigor suas culturas. É pois neste contexto que a instituição escolar ocupa hoje um espaço privilegiado no interior das comunidades. De instrumento de dominação e im-

posição cultural, está passando a ser instrumento de defesa de seus interesses e de competição política e econômica, especialmente na sociedade regional.

b) Escolas da cidade

São escolas situadas na sede do Município, que apresentam características específicas. São ao todo 12 escolas, sendo 02 a nível de 1º e 2º grau, 03 escolas de 1ª a 4ª série e 07 pré-escolas. São 3.265 alunos que estudam nessas escolas, dos quais 85% são alunos indígenas. Este ano mais de 200 jovens ficaram fora da sala de aula por falta de vagas nas escolas. Os alunos indígenas na sua grande maioria são originários das comunidades indígenas do interior do município que ao chegarem na cidade em busca de novos conhecimentos e mais estudos, se deparam com uma realidade diferente e adversa.

Como sabemos, São Gabriel da Cachoeira é uma pequena cidade, como qualquer do Brasil, onde existe preconceito e discriminação, realidade da qual a escola não está isenta.

É urgente pensar ações concretas que venham melhorar a situação abrindo diálogo inter-étnico dentro da escola e espaço sócio-político de auto-realização e auto-valorização, pois é direito que alunos indígenas busquem ampliar cada vez mais seus conhecimentos, em qualquer lugar.

c) Povos em via de escolarização

Compõem esta tipologia os povos indígenas habitantes do Rio Içana e Rio Xié. São índios das etnias baniwas, kurripacos e werekenas, totalizando cerca de 6000 pessoas.

Aqui predominam atividades das missões evangélicas, que diferentemente das missões católicas, não investiram na educação escolar formal, embora tenham investido na educação religiosa, caracterizada principalmente por ensinar os índios a cantar e ler a Bíblia na língua materna. A presença de duas frentes religiosas antagônicas, provocou, até os dias de hoje, disputas entre os fiéis, influenciando em muito na dificuldade de união política em defesa de seus direitos e interesses comuns. Os povos dessa região foram os que mais tiveram suas culturas atingidas pelo contato.

Apenas a partir da década passada, esses povos começaram a ter timidamente a construção e implantação de algumas escolinhas, que enfrentam sérios problemas para sua consolidação e implementação. Como não houve investimento na educação escolar formal, o maior problema atual reside na falta de professores capacitados da própria região. Os poucos professores locais possuem fraca e baixa escolarização. Na maioria das escolas, são professores vindos da região do “Triângulo Tucano” que dão aula, com sérios problemas de adaptação, de língua, transporte e alimentação. Mesmo assim, temos na região, 51 escolinhas com mais de 1200 crianças. Não existe nenhuma escola de 1º grau completo. O êxodo rural é baixo em decorrência da pouca importância que a população dá a formação escolar.

Atualmente uma geração de novas lideranças indígenas da região, que emerge no cenário do movimento indígena local, promete novas perspectivas.

d) Processo de escolarização iniciado

Nesta situação, encontram-se dois povos: os Hupde (macú ou daw) e os yanomami. Os Hupde vivem na parte central do “Triângulo Tucano” e nas proximidades de São Gabriel. São conhecidos como “povos da floresta”, por viverem sempre em zonas centrais da floresta. Os yanomami habitam próximo ao Pico da Neblina.

A principal característica desses povos é a resistência frente ao modelo escolar que lhes é oferecido. Os Hupde, por exemplo, enfrentam sérios problemas porque são povos nômades, e a escola centralizada (aldeia permanente) não lhes parece viável. Em consequência, nunca avançam nos propósitos educativos que lhes possibilitem acompanhar e ingressar em igualdade de condições, no processo de organização e de luta dos povos indígenas do Rio Negro pelos seus direitos e interesses.

Com o povo yanomami ocorre processo semelhante, mas em melhores condições. Contam com apoio do Exército, da Missão Salesiana, da FUNAI e da Prefeitura local.

O desafio para essa realidade é criar um programa específico, que atenda suas peculiaridades próprias e dentro de princípios e objetivos claramente definidos e assegurados pelos próprios índios.

e) Povos de maior e mais longo contato

Nesta situação encontram-se todos os povos indígenas que habitam a Calha do Rio Negro. Aqui encontramos a maior variedade de etnias da região. Podemos dizer que todas as etnias do Município estão representadas.

Os povos desta região tiveram primeiro contato por ser uma região de acesso ao Oceano Atlântico através do canal Cassiquiare (Venezuela) e o Rio Orenoco por um lado e o Rio Amazonas por outro lado, portanto, de intenso trânsito na época colonial das disputas por territórios.

Embora de maior contato, o nível de escolarização é razoável. A língua de domínio geral é o “Nheengatu” e o Português. O êxodo rural é o mais alto do município. Até pouco tempo a maioria dos professores que atuam nas escolas da região eram vindos de outras regiões. Atualmente, a maioria dos professores já são da região. A população predominante é da etnia baré, com alto grau de descaracterização cultural.

A título de síntese, observamos que, embora as populações das cinco regiões mencionadas freqüentem a escola, esta desempenha papéis bastante específicos e distintos em cada região ou povo.

É nesse quadro bastante diferenciado, dentro da categorização das escolas por tipologia, que buscar-se-á apresentar alternativas de ordenamento das ações prioritárias.

Independente da situação escolar atual, todas as comunidades são unânimes em solicitar a ampliação da oferta de escolarização. Em todos os casos, a implantação das séries finais do primeiro grau e formação de professores a nível de segundo grau nas áreas, constitui-se a primeira reivindicação.

Portanto, a implantação de um programa de educação escolar nessas comunidades não poderá deixar de contemplar a oferta de ensino em graus mais elevados e a decorrente necessidade de ensino e formação de professores indígenas para atendê-la.

As informações acima expostas, expressam cenários complexos, mas que podem possibilitar agrupamento das realidades similares e a implementação das medidas adequadas para a superação das situações problemáticas.

Muito embora as referências de tempo de contato e convivência com a sociedade regional não possam ser tomadas de forma absoluta, é inegável que o convívio secular com outras culturas oportuniza aos povos uma maior reelaboração e reassignificação de seus valores, normas e instituições.

Por outro lado, as características regionais, constituem-se em fatores importantes na organização social, política e econômica dos povos indígenas e de suas instituições.

De igual forma, as diferentes concepções de homem e de mundo, expressas pelas agências educacionais, influenciam, por certo, no entendimento dos povos quanto ao papel da escola, seu alcance e limite.

VI - NOVOS ELEMENTOS DE CONJUNTURA

6.1 BASE LEGAL: POLÍTICA E LEGISLAÇÃO OFICIAL

A Constituição de 1988 inaugurou no Brasil a possibilidade de novas relações entre o Estado, a sociedade civil e os povos indígenas, ao superar no texto da lei maior do país, a perspectiva integracionista e reconhecer a pluralidade cultural. Em outros termos, o direito à diferença fica assegurado e garantido, e as especificidades étnica-culturais valorizadas.

Amparados por um capítulo específico da Constituição Federal e por uma série de outros dispositivos jurídicos, os povos indígenas vêm consolidando um conjunto de direitos até há pouco negados.

Na área de educação escolar é lhes garantido o direito à alteridade cultural, através de “uma educação básica de qualidade, laica e diferenciada, que respeite e fortaleça seus costumes, tradições línguas, processos próprios de aprendizagem e reconheça suas organizações sociais”. (Portaria Interministerial n.º.559, art. 1.º.)

Sabemos porém, que há uma enorme distância entre os direitos conquistados e a realidade vivida. Neste sentido, vemos que as escolas indígenas e não-indígenas podem contribuir decisivamente nesse processo lento e complexo de mudança de mentalidade e de práticas. Assim, as escolas teriam um papel fundamental na promoção de valores com respeito mútuo e a solidariedade, orientando os estudantes para um convívio social e respeitando os direitos humanos. Através de informações amplas e corretas sobre os diferentes povos e a cultura que contribuem para a formação da sociedade brasileira, as crianças poderão ver a importância da diversidade e formar uma postura de cidadania onde a pluralidade é um valor. Com certeza, todo esse processo ajudará na superação real dos preconceitos e discriminações. Temos a esperança de, com a concretização desse Programa da Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira, também estar fazendo a nossa parte.

Destacamos aqui os artigos da Constituição que dizem respeito aos direitos dos povos indígenas, especialmente quanto a questão de uma educação escolar específica e diferenciada que valorize a própria cultura e garanta as condições para uma educação equilibrada e igualitária com a sociedade nacional, enquanto partes constitutivas dessa mesma sociedade.

Art. 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre a terra que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (Capítulo VIII - DOS ÍNDIOS).

Art. 215 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a difusão das manifestações culturais.

#1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (Cap. III - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO - SEÇÃO II - DA CULTURA).

Art. 210 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

#2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (Cap. III - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO - SEÇÃO I - DA EDUCAÇÃO).

Esse Programa inscreve-se também no marco da nova Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, que no seu artigo 78 legisla que “o Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento a cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; II - garantir aos índios, suas comunidades

e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias”.

No ano de 1994 o MEC, através do Comitê de Educação escolar Indígena (criado pelas portarias nº. 60/92 e 490/93), lança as “Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena”. Significou um salto de qualidade rumo à construção das escolas indígenas específica e diferenciadas, interculturais e bilingües. O texto explicita uma nova postura, enfoque e perspectiva com relação ao entendimento do papel da educação, no contexto do reconhecimento da pluralidade étnica e cultural do Brasil. No ítem 3 - “Princípios Gerais” podemos ler:

“A escola indígena tem como objetivo a conquista da autonomia sócio-econômico-cultural da cada povo, contextualizada na recuperação de sua memória histórica, na reafirmação de sua identidade étnica, no estudo e valorização da própria língua e da própria ciência - sintetizada em seus etno-conhecimentos, bem como no acesso às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade majoritária e das demais sociedades, indígenas e não-indígenas. A escola indígena tem que ser parte do sistema de educação de cada povo, no qual, ao mesmo tempo em que assegura e fortalece a tradição e o modo de ser indígena, fornecem-se os elementos para uma relação positiva com outras sociedades, a qual pressupõe por parte das sociedades indígenas o pleno domínio da sua realidade: a compreensão do processo histórico em que estão envolvidas, a percepção crítica dos valores e contra-valores da sociedade envolvente, e a prática da auto-determinação. Como decorrência da visão exposta, a educação escolar indígena tem que ser necessariamente específica e diferenciada, intercultural e bilíngüe”. (ponto 3.6).

É bom lembrar o Decreto nº. 26 (04..02.91), através do qual o Presidente da República determina que; “Art. 1º - Fica atribuída ao Ministério da Educação, a competência para coordenar as ações referentes à Educação Indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a FUNAI. Art. 2º - As ações previstas no art. 1º serão desenvolvidas pelas Secretarias de Educação dos estados e Municípios, em consonância com as Secretarias Nacionais de Educação do Ministério da Educação”.

Importante também é a Portaria Interministerial nº. 559/91 pela qual, os Ministros da Justiça e da Educação estabelecem que as ações educacionais escolares destinadas às populações indígenas serão fundamentadas no reconhecimento de suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições e nos seus processos próprios de transmissão do saber(art. 1º.). Além disso, que esta educação possa “garantir aos índios o acesso ao conhecimento e o domínio dos códigos da sociedade nacional assegurando-se às populações indígenas a possibilidade de defesa de seus interesses, a participação plena na vida nacional em igualdade de condições, enquanto etnias culturalmente diferenciadas”(art. 2º.) A portaria trata ainda do financiamento da educação escolar indígena, reafirmando o preceito constitucional de que a educação é um dever do Estado; da formação e capacitação específica do quadro de pessoal que irá atuar nas escolas indígenas, dando-se preferência aos professores indígenas. Determina que, “no processo de reconhecimento das escolas destinadas às comunidades indígenas, sejam consideradas, na sua normatização, as características específicas da educação indígena no que se refere a: a) conteúdos

curriculares, calendário, metodologias e avaliação adequados à realidade sócio-cultural de cada grupo étnico; b) materiais didáticos para o ensino bilíngüe, preferencialmente elaborados pela própria comunidade indígena, com conteúdos adequados às especificidades sócio-culturais das diferentes etnias e à aquisição do conhecimento universal;; c) cumprimento das normas legais e respeito ao ciclo de produção econômica e às manifestações sócio-culturais das comunidades indígenas; d) funcionamento de escolas indígenas de ensino fundamental no interior das áreas indígenas, a fim de não afastar o aluno índio do convívio familiar e comunitário; e) construção das escolas nos padrões arquitetônicos característicos de cada grupo étnico”(art. 8º.)

As diretrizes para Política de Educação Escolar Indígena sugerem o permanente diálogo entre as culturas, o respeito, o “envolvimento e o compromisso” dos agentes e co-autores do processo de ensino e aprendizagem. E os índios, o que esperam da escola? Como incorporam essa nova instituição que gradualmente se instala em sua cultura?

6.2 POLÍTICA INDÍGENA: IDEAIS, PRINCÍPIOS E PROPOSTAS

A partir do início da década de oitenta, os povos indígenas do Rio Negro começaram a se preocupar com a situação a que chegaram e as possíveis alternativas para revertê-la. De início as tentativas foram muito localizadas, quase sempre na região do “Triângulo Tucano”, exatamente o local de maior investimento educacional dos missionários católicos. Coincidentemente, ou não, grandes projetos governamentais militares e econômicos deveriam ser implantados no mesmo período na região, o que estimulou a emergência do movimento indígena organizado. Em abril de 1997, durante uma Assembléia Geral dos Povos do Rio Negro, promovida pela FUNAI e patrocinada pelos militares justamente para discutir e buscar o apoio dos índios para a implantação do “Projeto Calha Norte”, foi criada a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.

Atualmente, a questão da escola passa a compor o cotidiano do movimento indígena, sendo inclusive uma das suas principais preocupações, presentes nas assembleias e encontros, ligada sempre à luta mais ampla, como o direito e garantia das terras. Podemos constatar que a consciência a respeito da necessidade de criar um modo próprio de fazer escola, cada vez se fortalece.

Entra em cena o papel fundamental dos professores indígenas enquanto um dos principais envolvidos nesta busca da concretização de processos escolares norteados pelas pedagogias indígenas. Significa que seu trabalho, enquanto professores, só poderá realizar-se com eficácia, segundo os ideais afirmados, num processo realmente indígena de escola. E esse será construído com a participação efetiva de todos: professores, lideranças, alunos, comunidades, poder público e assessorias.

Atualmente existem cerca de 1000 professores indígenas em todo o município, sendo que, grande parte fora do exercício da profissão. Mesmo assim, cerca de 400 professores indígenas atualmente estão em sala de aula, trabalhando com 10000 crianças e jovens indígenas.

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro estimulou e possibilitou momentos de reflexão, discussão, formação, troca de experiência e avaliação para os professores, lideranças e outros agentes envolvidos e interessados, através de encontros, cursos, assembléias e outros eventos. Entre 1992 e 1994 foram realizados, em São Gabriel da Cachoeira, dois grandes encontros de professores indígenas. A partir de 1994, priorizou-se encontros locais, para melhor articulação dos professores das aldeias mais distantes e divulgar o novo processo em curso. Já em 1996 foi realizado o 1º. Curso sobre Regimentos e Currículos.

Também é importante registrar que os professores indígenas do Rio Negro fazem parte do Movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, que, desde 1988 vêm se reunindo em encontros anuais para discutir os problemas comuns e tirar linhas gerais de ação e reivindicação, procurando mudar a situação das escolas indígenas na região. Como parte deste movimento, ajudou a elaborar, e assume como pontos de luta os quinze pontos do documento “Declaração de Princípios”, (elaborado em 1991, durante o IV encontro, em Manaus e reafirmado em 1994, no VII Encontro, novamente em Manaus). O IX Encontro realizou-se, no ano de 1996, em São Gabriel da Cachoeira, com o tema central “Escolas indígenas e projetos de futuro dos povos”.

Transcrevemos aqui a “Declaração de Princípios” do Movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre pois entendemos que ela é uma proposta de política educacional indígena, que poderá subsidiar e fortalecer a presente proposta de ação da Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira:

1. As escolas indígenas deverão ter currículos e regimentos específicos, elaborados pelos professores indígenas, juntamente com suas comunidades, lideranças, organizações e assessorias.

2. As comunidades indígenas devem juntamente com os professores e organizações, indicar a direção e supervisão das escolas.
3. As escolas indígenas deverão valorizar as culturas, línguas e tradições de seus povos.
4. É garantida aos professores, comunidades e organizações indígenas a participação paritária em todas as instâncias - consultivas e deliberativas - de órgãos públicos governamentais responsáveis pela educação escolar indígena.
5. *É garantida aos professores indígenas uma formação específica, atividades de reciclagem e capacitação periódica para o seu aprimoramento profissional.*
6. É garantida a isonomia salarial entre professores índios e não-índios.
7. É garantida a continuidade escolar em todos os níveis aos alunos das escolas indígenas.
8. As escolas indígenas deverão integrar a saúde em seus currículos, promovendo a pesquisa da medicina indígena e o uso correto dos medicamentos alopáticos.
9. O Estado deverá equipar as escolas com laboratórios onde os alunos possam ser treinados para desempenhar papel esclarecedor junto às comunidades no sentido de prevenir e cuidar da saúde.
10. As escolas indígenas serão criativas, promovendo fortalecimento das artes como formas de expressão de seus povos.

11. É garantido o uso das línguas indígenas e dos processos próprios de aprendizagem nas escolas indígenas.
12. As escolas indígenas deverão atuar junto às comunidades na defesa, conservação, preservação e proteção de seus territórios.
13. Nas escolas dos não-índios será corretamente tratada e veiculada a história e cultura dos povos indígenas brasileiros, a fim de acabar com os preconceitos e o racismo.
14. Os municípios, os Estados e a União devem garantir a educação escolar específica às comunidades indígenas, reconhecendo oficialmente suas escolas indígenas de acordo com a Constituição Federal.
15. Garantir uma Coordenação Nacional de educação escolar indígena, interinstitucional, com a participação paritária de representantes dos professores indígenas.

A grosso modo podemos resumir em alguns pontos as principais críticas dos professores indígenas do município que refletem de forma genérica o diagnóstico da realidade local:

1. O modelo de ensino das escolas indígenas.. reproduz o Sistema Escolar da sociedade nacional;
2. As diretrizes, os objetivos, os currículos e os programas, normalmente, são inadequados à realidade das comunidades indígenas;
3. o número de escolas é insuficiente e poucos são os professores que se dispõem a trabalhar nas condições do salário mínimo;
4. O material didático-pedagógico utilizado é insuficiente e inadequado, que prejudica as ações educativas;
5. Não existe supervisão pedagógica adequada e eficaz nas escolas;
6. Falta de infra-estrutura básica para as escolas: sedes, carteiras, lousas;
7. As atividades educacionais nas escolas são prejudicadas ante a dificuldade de fixar os professores nas comunidades, fato que se deve a ausência de moradias dignas, transporte e alimentação para os mesmos.
8. O material alimentício e didático recebidos são insuficientes e inadequados e o seu fornecimento não segue uma programação sistemática.
9. Devido à barreira lingüística, os professores de região diferente encontram dificuldades no desenvolvimento de seus trabalhos didático-pedagógico e, conseqüentemente, o processo de alfabetização é prejudicado.

VII - ATIVIDADES PLANEJADAS

BLOCO I - INFRAESTRUTURA

1. Criar infraestrutura mínima da Secretaria Municipal de Educação e Cultura: transporte, equipamentos para produção de material didático.
2. Construção e reforma de escolas indígenas.
3. Alimentação escolar alternativa e municipalização da merenda escolar.
4. Construção de uma biblioteca especializada em educação escolar indígena.

5. Implantar um Centro Cultural com: Centros Municipais de Línguas, e Criatividade Musical, de Artes, de danças e outras tradições.

6. Melhorar as condições de trabalho dos professores indígenas.

BLOCO II - POLÍTICA

1. Criação e fortalecimento do Conselho Municipal de Educação e da Merenda Escolar.

2. Conselho Municipal do FUNDEF.

3. Câmara de Educação Indígena.

BLOCO II - AVALIAÇÃO E MELHORIA DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL EM SGC

1. Capacitação e qualificação de recursos humanos (professores indígenas e técnicos).

2. Supervisão regular e adequada às escolas indígenas.

3. Produção de material didático

4. Criação de oficinas de trabalho para estudantes indígenas com cursos profissionalizantes

5. Reformulação dos currículos e regimentos das escolas.

BLOCO IV - PROJETOS PILOTO

6. Implantação 06 escolas indígenas de Primeiro Grau no Rio Içana, Alto Rio Negro e Rio Xié: Escola Indígena Palmari.

7. Implantar uma educação escolar específica aos Hupde (Daw)

BLOCO V - ATIVIDADES COMPLEMENTARES

8. Visita a uma experiência pioneira em educação escolar indígena.

9. Realização de eventos (cursos, encontros, conferências, seminários e campanhas e festivais nas escolas).

10. Educação ambiental no ensino formal e não formal.

11. Assessoria e difusão teórico-científico.

12. Construção da escola de Primeiro e Segundo Grau no Bairro Dabarú.

7.1 Descrição do desenvolvimento das atividades

As ações planejadas propõe-se a responder as necessidades educacionais dos povos indígenas a partir de três frentes estratégicas:

a) necessidade de construir escolas indígenas.

b) readequar as escolas existentes, dentro dos princípios de educação indígena preconizados pelos próprios índios.

c) possibilitar que as escolas da zona urbana se adaptem o mais possível, para atender a realidade específica de seus alunos, com mais de 90% indígena.

Temos claro que para desenvolver ações concretas em resposta às necessidades levantadas, precisamos contar fundamentalmente com quatro elementos:

a) **Vontade política:** parece ter sido a mais difícil em todos os tempos. A ausência de uma política de educação escolar indígena no município é o exemplo

concreto da falta de vontade política. Por outro lado, é com o que podemos contar em primeira mão no atual momento, ou pelo menos, durante os quatro anos da atual administração municipal.

- b) **Recursos humanos:** precisamos investir na qualificação e capacitação dos nossos educadores. É a condição e garantia presente e futura deste programa.
- c) **Recursos financeiros e materiais:** É o grande desafio do momento. O município que tem o tamanho territorial e os problemas a enfrentar, precisa otimizar muito bem seus recursos próprios e buscar canalizar outros recursos e fundos adicionais disponíveis em qualquer esfera e nível de instituições de apoio do país.
- d) **Parceria:** Em tempos difíceis como o nosso, construção e consolidação de fortes parcerias é sem dúvida a melhor alternativa para enfrentar os desafios e conquistar os objetivos. O grande meio para garantir a cidadania é a parceria. A força do cidadão está na sua capacidade de formar alianças e parcerias concretas.
 - orçamento anual da Secretaria Municipal de Educação, limita-se a garantir o pagamento do salário (irrisório) dos 242 professores da rede municipal, o pequeno quadro administrativo e a precária manutenção das unidades escolares, sem nenhuma sobra para desenvolver ações pedagógicas e de infra-estrutura, importantes para desenvolver concretamente projetos específicos e a melhoria dos serviços e da qualidade do ensino.
- e) **Assessoria:** Para desenvolver as diferentes atividades deveremos contar com a assessoria de diferentes universidades e profissionais. Alguns profissionais já contatados em diferentes áreas do conhecimento se comprometeram com esse trabalho:

Mariana K. Leal Ferreira - antropóloga, prof^a. USP, MARI - S. Paulo

Marcio Meira - historiador, diretor Arquivo do Pará - Belém/PA

Eduardo Sebastiani - matemático - UNICAMP

1 - INFRA-ESTRUTURA

Equipar a secretaria:

Apesar do esforço da atual administração em oferecer melhores condições de trabalho às suas secretarias, a Secretaria de Educação enfrenta sérios problemas, sobretudo na área logística, para desenvolver seus trabalhos. Nestes 03 primeiros meses da nova administração temos conseguido reformar a sede da secretaria e equipá-la com uma linha telefônica, uma máquina fotocopidora pequena que atende toda a prefeitura, um microcomputador, um motor de popa, mesas e cadeiras. Entretanto, não dispomos de nenhum transporte terrestre e fluvial para professores e sobretudo, materiais necessários às nossas escolas indígenas, como material didático e merenda escolar. Por ano, são mais de 100 toneladas de materiais que precisam ser distribuídos às escolas. Como fazer, com um mínimo de eficiência, sem meio de transporte próprio? Daí toda precariedade e isolamento sofridas pelas escolas espalhadas pelos 112.000 Km² do município.

Outro grande desafio é como produzir materiais didáticos específicos, sem equipamentos próprios. A proposta é equipar a secretaria com equipamentos que possibilitem a confecção do material com a participação da comunidade. Seria um conjunto de equipamentos para montar uma pequena gráfica e um laboratório para produção de vídeos e programas de rádio.

Construção e reformas de escolas:

O Município é responsável pela manutenção de 184 escolas do município. Do total, 90 escolas precisam de reforma urgente devido a precariedade em que se encontram. 15 escolas simplesmente desmoronaram e os professores foram obrigados a improvisar salas de aula ou suspenderam as aulas a espera de uma solução. Neste ano de 97 foram criadas mais 07 escolas novas, que ainda precisam ter suas sedes construídas. É necessário construir uma escola de 1 e 2 grau em São Gabriel da Cachoeira, para resolver o grande déficit de vagas existente. Além disso, precisa-se construir uma escola no Rio Içana(Escola Baniwa) e outro no Rio Tiquié(Escola Hupde), estas sim, escolas indígenas desde a sua concepção até sua arquitetura, currículos e regimentos.

Alimentação Escolar Alternativa e Municipalização da Merenda Escolar:

De acordo com as peculiaridades próprias de nossas escolas, faz-se necessário adequar e melhorar a alimentação dos nossos alunos na escola, envolvendo a própria comunidade. Isso é possível desde que se associe a vida da escola à vida cotidiana da comunidade, isto é, escola e comunidade juntos, por um objetivo comum: melhorar a alimentação dos alunos e da própria comunidade. Mas não é só isso, ajudaria a manter os alunos dentro do seu universo comunitário próprio. A escola tem que dar exemplo de ser um espaço de criatividade para responder aos desafios enfrentados de forma geral pelas comunidades, criando hortas e roças com plantios diversificados, usando tecnologias simples e naturais, e pondo em prática métodos de produção organizada, diversificada e de qualidade que ajudem a superar a concepção simplista da coleta ou paternalismo generalizado na região. A municipalização da merenda tem como principais objetivos: a melhoria e adequação da alimentação escolar através da diversificação e seleção dos produtos mais apreciados pelos alunos; incentivar a produção qualitativa dos alimentos pelas comunidades, a serem absorvidos pelas escolas; possibilidade de circulação do dinheiro dentro da comunidade, ajudando a suprir suas necessidades básicas; e, maior e melhor controle dos recursos públicos destinados à alimentação escolar.

Construção de uma biblioteca:

Pretende-se construir uma biblioteca pública que terá, entre suas especialidades, a questão indígena. A idéia é torná-la um centro de referência na educação escolar indígena. A Biblioteca será equipada com livros, cartilhas, dicionários, publicações, documentos históricos, periódicos relativos a questão indígena local e extra-local, para atender estudantes, professores, pesquisadores e líderes comunitários e o público em geral, considerando que a maior causa do preconceito contra índios é a pura ignorância ou falta de veracidade das informações recebidas através de maus livros didáticos e da imprensa tendenciosa, que representa interesses da clas-

se dominante. Existem vários documentos históricos, fora do alcance do público, que testemunham a falta de veracidade de tais informações corriqueiras.

Os livros deverão ser adquiridos mediante compra ou permuta com o objetivo de trocar experiências com outros programas de educação escolar indígena, do Brasil e outros países da América Latina. Um primeiro levantamento foi feito na biblioteca do MARI - Grupo de Educação Indígena da USP, cuja listagem segue abaixo. Os livros e outros materiais serão adquiridos também através de sugestões feitas por qualquer pessoa interessada: organizações indígenas, professores indígenas e não índios, alunos, lideranças e outros. A biblioteca deverá promover atividades culturais junto com o centro cultural, incentivando novos escritores do município, estas atividades estarão articuladas com a produção de novos e criativos materiais didáticos para todas as escolas do município.

Centro cultural: Centros municipais de língua, de criatividade musical, de Artes, de danças e outras tradições

A proposta é construir em São Gabriel da Cachoeira um centro cultural composto de centros municipais de línguas, artes, danças e músicas tradicionais, para atender os alunos indígenas que vêm das comunidades e precisam de um espaço para exercitar e aperfeiçoar seus conhecimentos tradicionais e para os próprios alunos da cidade que tenham interesse em aprender tais conhecimentos. As escolas irão incentivar seus alunos da importância e valor dessas artes, como riqueza e patrimônio cultural do município e do país, que precisam ser preservados e valorizados por toda a sociedade. O centro pretende trabalhar com artistas tradicionais e de academias, com possibilidade de produzir materiais de qualidade a serem difundidas ao público brasileiro através de vídeos, cd's; literaturas, coleções, etc.

Melhorar as condições de trabalho dos professores indígenas:

- os problemas dos professores podem ser resumido em três pontos: capacitação e qualificação, salário e transporte.
- A questão da capacitação será melhorada através do programa de formação a ser desenvolvido pelo Programa.
- A questão salarial é mais complexa. Atualmente os professores indígenas ganham um salário mínimo através de um convênio onde o governo do estado paga 60% e o município 40%. O convênio impossibilita qualquer aumento ou reajuste. A alternativa proposta é garantir uma cesta básica periódica aos professores, sem prejuízo de seus vencimentos.
- Na busca de melhorar o transporte dos professores, a idéia é de ajudar os professores a adquirir seu próprio meio de transporte fluvial, que poderia ser adquirindo um motor rabeta de 4 ou 5 HP. Parte do custo poderia ser subsidiado pela Prefeitura e outra parte pelos professores através de pequenos descontos mensais dos seus vencimentos, de maneira que não pese muito no seu bolso, considerando também, a cesta básica.

II - POLÍTICA

Criação e fortalecimento do Conselho Municipal de Educação e da Merenda Escolar.

A efetivação dos conselhos está sob a responsabilidade da Conferência Municipal de Educação realizada em julho deste ano. Os conselhos são fundamentais para criação do Sistema Municipal de Educação que irá garantir a municipalização da Merenda Escolar, uma administração participativa nas ações a serem implementadas pela Secretaria e mais autonomia ao município na formulação e implementação de suas políticas educacionais. A composição dos conselhos obedecerão critérios de ampla representatividade possível a partir de setores organizados da comunidade, que desempenhará papel importante na orientação administrativa e de planejamento das ações a serem executadas pela Secretaria. A idéia básica é que os Conselhos definam metas, diretrizes, objetivos, prioridades, planejamento e gerenciamento dos recursos orçamentários destinados a educação, e a Secretaria cumpre sua função de executora das ações, em parceria com as instituições interessadas.

III - AVALIAÇÃO E MELHORIA DA SITUAÇÃO ESCOLAR

Capacitação e qualificação de recursos humanos:

Na questão específica da educação escolar indígena precisa ser implementada um programa de formação para os professores indígenas. Este programa terá como objetivo capacitar e qualificar os professores dentro de um nível e padrão de qualidade para desempenhar seu papel na implementação da atual política de educação escolar indígena no município. É imprescindível que a Secretaria disponha de um quadro de professores (profissionais) indígenas da rede municipal de ensino, com nível de qualificação e competência para viabilizar e concretizar os anseios dos povos indígenas: ter um projeto próprio de educação.

Formação dos professores indígenas:

A formação dos professores terá um caráter permanente, e será encarada como um processo que englobará a formação, a avaliação e reciclagem. A supervisão será feita de maneira articulada com esse processo de formação e deverá ser feita com a participação dos alunos e professores das escolas. Para este processo de supervisão e avaliação será fundamental a participação dos pais e lideranças das comunidades também, pois a escola deve servir a comunidade em última instância e será esta comunidade que deverá estar avaliando constantemente a escola. Serão estruturados colegiados em diferentes níveis que deverão estar em contanto permanente com o secretário municipal. Cada sub-região do município deverá estruturar um colegiado de professores que se encontre semestralmente para trocar experiências e avaliar as suas práticas educativas. Participarão deste colegiado representantes dos pais e de lideranças da região, assim como a diretoria das escolas envolvidas. Para cada encontro desses colegiados o supervisor estará convocado, assim como poderá ser convidada alguma assessoria especializada se assim os professores o desejarem. Posteriormente cada colegiado escolherá um representante para se encontrar com a equipe pedagógica da secretaria municipal, que será formada do secretário e supervisores de ensino. Esse outro colegiado, composto do secretário e sua equipe e mais os representantes dos colegiados sub-regionais, se

encontrará também semestralmente, para avaliar e planejar os trabalhos educativos. Esse colegiado deve se encontrar periodicamente com o Conselho Municipal de Educação, com o objetivo de informar e discutir conjuntamente o andamento dos trabalhos.

Cursos de Formação de professores indígenas:

Serão ministrados cursos de formação para os professores indígenas de todas as regiões do município, com o objetivo de qualificar o quadro docente do mesmo e de subsidiar os trabalhos de reformulação dos currículos e regimentos das escolas indígenas do município, para que se chegue a ter as escolas indígenas que as comunidades, lideranças e organizações indígenas desejam. Esses cursos serão ministrados por região do município, sendo que alguns deles poderão ser ministrados para todos os professores, na sede do município. Serão ministrados cursos de: matemática, história, geografia, ciências (incluindo as questões de saúde) e português. No ano de 1998 um curso de cada disciplina será dado para todos os professores do município, de acordo com as prioridades de cada região. Cursos de línguas indígenas e lingüística também serão oferecidos, de acordo com as prioridades de cada região e com a situação sócio-lingüística dos povos envolvidos, com o objetivo de implementação de currículos bilíngües que valorizem as línguas próprias das etnias do município. Cada curso servirá também como oficina para elaboração de material didático específico e bilíngüe (se possível) a ser experimentado durante os meses seguintes ao curso, para que posteriormente sejam publicados pela Secretaria Municipal, com o apoio do MEC. Um calendário desses cursos deverá ser discutido com os professores e proposto pela Secretaria para o ano de 1998.

Eixos da formação pedagógica:

- o professor, como intelectual da própria cultura e como interlocutor do diálogo intercultural;
- o professor, como pesquisador e sistematizador da própria cultura;
- o professor como agente facilitador da aprendizagem;
- o professor como intermediador entre a tradição cultural e os novos conhecimentos (etno-conhecimentos e novos saberes; etno-ciências e as outras ciências: diferentes lógicas e explicações do mundo e da realidade);
- o professor como produtor e incentivador da produção de literatura;
- o professor enquanto uma nova liderança: papel, compromissos e responsabilidades...

- Os conteúdos do currículo nacional e os específicos da tradição cultural serão trabalhados sempre de forma global e numa perspectiva interdisciplinar e intercultural.

Supervisão regular e adequada às escolas:

Considerando o grande número de escolas municipais, o grande número de professores e alunos e a grande extensão territorial sem uma supervisão regular e ade-

quada, não tem como atingir minimamente os objetivos deste programa. Daí a importância de um grupo de supervisores capacitados para ser a fonte de alimentação, irradiação, sustentação e implementadora das ações. A Secretaria precisa estar mais presente, também fisicamente, nas escolas e nas comunidades para acompanhar e avaliar constantemente os processos em desenvolvimento e suprir permanentemente a Secretaria dessas informações, dentro da nova proposta. O Programa não sairá do papel se depender só de normas, regras, diretrizes, orientações e leis que a Secretaria deverá emitir e enviar aos professores. É preciso um investimento e uma dedicação determinada, comprometida e real no elemento de ponta, alvo do programa, que são os nossos cidadãos indígenas.

Produção de material didático:

A produção de material didático adequado é essencial para dar força, sustentação, continuidade e visibilidade ao programa. Trabalhando só com o material importado das nossas escolas oficiais, não é possível consolidar a nova concepção de escola e educação aos nossos alunos e às nossas comunidades. Como valorizar a cultura local, quando só utilizamos livros e textos que nada falam dela ou quando falam, falam preconceituosamente, sempre de forma generalizada e etnocêntrica?

A produção do material será garantido pelos próprios professores, alunos e comunidades, enquanto autores dos conhecimentos. Na verdade, já existem vários bons textos que só precisam de apoio e condições para serem publicadas. Mas não se pode pensar em qualquer material didático. Temos que garantir qualidade. Entra em cena o papel importante de assessorias técnicas: lingüistas, antropólogos, pedagogos, escritores e outros especialistas no assunto. Nossa meta é em 1998 já dispormos de alguns materiais para utilização nas escolas. É necessário que professores e alunos sejam estimulados a produzirem literaturas sobre seus povos e tomarem gosto e prazer do trabalho, como parte do processo de luta e garantia de sua autonomia histórica e futura.

Para tanto, é necessário que a Secretaria adquira equipamentos próprios para confecção do material, e não depender tão-somente da boa vontade de outras instituições que sempre limitam as ações. A idéia é adquirir um conjunto de equipamentos (computador e impressora) com capacidade de reprodução e edição do material: livros, cartazes, cartilhas, etc.

Criação de oficinas profissionalizantes para estudantes:

Pretende-se criar oficinas de trabalho para os jovens carentes que estudam em nossas escolas. Os cursos e as oficinas de trabalho a partir das escolas visam preparar o jovem estudante para a vida, oferecendo-lhe uma profissão que lhe possibilite inclusive futuro trabalho autônomo, considerando o atual índice de desemprego. As oficinas serão na área de artesanato, carpintaria, mecânica simples, corte e costura, etc. Em todos os níveis, o objetivo das oficinas, será de tirar o jovem da ociosidade que o torna vulnerável à delinqüência, inclusive oferecendo alternativas para recuperação daqueles já envolvidos com qualquer forma de marginalidade.

Reformulação de currículos e regimentos:

A partir da Conferência Municipal de Educação, serão criados grupos de trabalho para elaborar propostas de currículos e regimentos para as escolas indígenas. No caso das escolas indígenas, na verdade, nunca tiveram seus currículos e regimentos elaborados, e nem seus registros de reconhecimento oficial. A proposta é oportunizar às escolas a possibilidade de reformular seus currículos, regimentos, calendários tendo apoio da secretaria municipal de educação, mas não significa nenhuma obrigação regimental. A reformulação e elaboração de currículos e regimentos deve ser de interesse da comunidade (comunidade educativa - escola, como um todo) e não da Secretaria e muito menos só do diretor.

IV - PROJETOS PILOTO

Escola Baniwa:

A escola será construída na foz do igarapé Palmari no Alto Rio Içana, onde não incide nenhuma comunidade. O local foi escolhido pela própria comunidade, com o propósito de não interferência da escola na vida da comunidade e vice-versa. É um local histórico dos baniwas e tem uma das terras mais férteis da região. Tudo foi decidido pelas lideranças locais em uma assembléia realizada em Fevereiro deste ano na comunidade de Tunuí-cachoeira.

Muito resumidamente, a escola terá as seguintes características:

1. Arquitetura concebida pelas comunidades e adaptada à região (arquitetura tradicional);
2. Currículos, regimentos e calendário escolar elaborados pelos professores, alunos, pais e líderes, de acordo com a realidade local;
3. A administração da escola ficará a cargo de um conselho de tuchauas (líderes), assessorados por um grupo de professores competentes e pela Secretaria de educação do município;
4. A escola atenderá alunos de todo o Rio Içana em forma de semi-internato.
5. O projeto inicial da escola é a nível de 5 a 8 série, podendo ser posteriormente estendido para Segundo grau;
6. Os conteúdos curriculares atenderá aos conhecimentos tradicionais dos Baniwas (e outros povos) e da ciência moderna, com máxima qualidade possível e com professores capacitados e competentes para o trabalho específico;
7. As disciplinas poderão ser administradas por módulos, evitando problemas com a permanência dos professores e alunos.
8. Após atingir uma infra-estrutura mínima necessária, a escola buscará ao máximo auto-sustentar-se, especialmente quanto a alimentação dos alunos. Como os alunos são todos cima de 12 anos e já dominam as técnicas tradicionais de caça, pesca, coleta de frutas, roça e artesanatos, as aulas serão ministradas em caráter de semi-intensivo de Segunda a Quinta-feira, ficando sexta e sábado para os alunos caçar, pescar e desenvolver outras atividades produtivas (roça, artesanato e outras atividades para as mulheres), organizadas pela própria escola, a fim de suprir suas necessidades básicas durante os dias de aula da semana. Desta forma os alunos continuarão exercitando e aperfeiçoando seus conhecimentos tradicionais.

9. Os alunos terão cursos profissionalizantes, inicialmente nas áreas de carpintaria, artesanato e agricultura. O domínio das técnicas através dos cursos possibilitará que em breve a escola possa produzir e comercializar produtos como camas, armários, carteiras, cadeiras, canoas (produtos de madeira), artesanatos selecionados e produtos horti-granjeiros, contribuindo para auto-sustentação da escola e dos alunos;
10. Durante todo o período letivo, haverá presença e participação permanente dos pais e líderes ajudando na administração da escola.

Enfim, a escola buscará atender os anseios do povo, que é de formar cidadãos com suficientes conhecimentos para enfrentar a vida, contribuindo para a solução dos problemas enfrentados pela comunidade, sem prejuízo de sua identidade étnica e dos conhecimentos milenares de seu povo. Será uma escola pautada no respeito e na valorização das culturas locais, com métodos próprios de aprendizagem e de produção e distribuição dos saberes tradicionais e acadêmicos, que possibilite aos seus alunos, em iguais condições e direitos, de pleitearem seus ingressos em qualquer centro avançado de ensino do país.

Escola Hupde:

- projeto de escola Hupde assemelha-se à escola Baniwa, quanto a sua concepção. Mas, a realidade, é absolutamente diferenciada. Trata-se de um povo nômade que vive nas regiões centrais da floresta. A escola não pode ser pensada a partir de um prédio escolar. Não se trata de uma escola de nível primário. Buscar-se-á uma prática de alfabetização adequada. As experiências de escola junto aos Hupdes criaram inquietações e grandes desafios. Ao que tudo indica, as iniciativas tem criado mais problemas que soluções. As grandes concentrações não só trouxeram problemas na área de saúde e abastecimento alimentar, como também não lhes possibilitaram nenhuma vantagem significativa.
- Iniciar um processo novo e diferente de educação parece ser necessário. Necessário porque eles precisam acompanhar e participar minimamente do processo pelo qual passam outros povos indígenas da região, em melhores condições, sob pena de serem vítimas do próprio processo em curso. O desafio é saber qual o processo mais apropriado para eles. É preciso pensar, elaborar e desenvolver um projeto educacional junto com eles, dentro de um espírito profundo de respeito e diálogo procurando entender melhor o universo cultural hupde.
- Iniciaremos um processo de alfabetização bilingüe, tendo como professores os próprios hupde. Viabilizaremos capacitação contínua e gradativa de professores hupde e de assessoria técnica para produção de material didático específico e para pesquisa lingüística e antropológica, que possam subsidiar e orientar nossas futuras estratégias de ação junto a eles. Da “escola de alfabetização” participarão não só jovens, mas toda a comunidade, o que muito contribuirá na construção de um projeto de educação apropriada, para atender a realidade e suas necessidades.
- Ao se discutir uma proposta escolar de atendimento diferenciado a estes povos, verificou-se ser necessário atentar para os seguintes objetivos:
 - 1) Valorizar a cultura, a língua e formas tradicionais de conhecimento;
 - 2) Criar mecanismos de interação com a sociedade envolvente;

- 3) Gerar formas de compreensão, defesa e crítica diante das situações de contato com o mundo não-indígena;
- 4) Ampliar a participação destes povos na realidade política indígena regional; Pretendendo viabilizar estes objetivos, destacam-se as seguintes propostas:
 - 1) Discutir a situação das escolas em todo o processo de ensino atualmente praticado.
 - a) Envolvendo os povos Maku, Secretarias de educação, Missões, FOIRN e outras ONGs.
 - b) Avaliando os agentes de ensino, currículo, calendário, metodologia e modelo de escola usado.
 - 2) Criar condições para a execução de um processo de Educação Bilingue-Bicultural:
 - a) Constituir uma equipe (antropólogo, lingüista, pedagogo) para capacitação de monitores, entre os já escolarizados) e preparação do material pedagógico nas línguas Maku.
 - b) Executando um plano piloto em um dos grupos locais.
 - c) Adaptando o currículo e calendário ao esquema cultural do povo.
 - d) Implantando um modelo de escola móvel, que acompanhe os alunos nos seus deslocamentos.

V - ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Realização de eventos:

Está prevista realização de vários eventos de caráter educativos e diversos seminários, conferências e cursos temáticos, com objetivo de abrir espaço a toda comunidade local, no sentido de acompanhar, aprofundar e avaliar o novo processo em andamento. Todos os anos acontecerá o Festival Cultural das Tribos do Alto Rio Negro - FESTRIBAL. De dois em dois anos será realizado a Conferência Municipal de Educação. Antes do término dos quatro anos da atual administração, será realizado um Seminário Internacional sobre Educação Escolar Indígena, a nível dos países amazônicos e outros convidados.

Serão promovidos vários cursos temáticos e técnicos aos professores e estudantes indígenas, nas áreas de cultura, lingüística, artes, meio ambiente e outros temas da atualidade regional e nacional.

Os encontros a serem realizados por iniciativa de sindicatos, associações, entidades, escolas, relacionadas à educação, terão apoio e incentivo do Poder Público Municipal competente.

Serão lançadas também fortes campanhas junto às escolas, através de cartazes, palestras, festivais e outras iniciativas que possam envolver a classe estudantil e familiares nos problemas coletivos e suas soluções, como a título de exemplo: o problema do lixo, a preservação da natureza, a violência, as drogas, a saúde pública e outros.

7.1.9 A educação ambiental no ensino formal e não formal

Nas áreas urbanas, pretende-se trabalhar nas escolas através de campanhas específicas de conscientização sobre o problema grave da poluição dos rios e igarapés, a falta de saneamento básico, a urbanização da cidade e a preservação da floresta e da sua biodiversidade.

Na área indígena, incluir como conteúdo curricular a importância e o que significa a demarcação das terras indígenas (em curso neste ano de 97) para o meio ambiente e para a sobrevivência dos povos indígenas da região. O tema da demarcação das terras também será alvo de trabalho nas escolas urbanas.

Assessoria e difusão técnico-científico:

A Secretaria Municipal de educação precisa de um corpo técnico para garantir o suporte e o caráter científico, técnico e jurídico dos projetos a serem implementados. As experiências bem sucedidas devem ser multiplicadas e difundidas para outras regiões, possibilitando maior enriquecimento e aperfeiçoamento.

Visita a uma experiência:

Sabemos que há muitas experiências no Brasil e na América Latina na área de educação indígena, muitas com ótimos resultados. É necessário ter referências concretas para avaliar e aperfeiçoar nossas ações. Não se pode trabalhar tão-somente medindo nossa capacidade e competência. Neste sentido, ao final de 1998, planeja-se realizar visita a uma(s) experiência(s) com um grupo de pessoas que estejam na linha de frente dos diversos projetos do programa, a ser definido posteriormente, a partir de sugestões e propostas de órgãos competentes.

Escola do Dabarú:

A escola servirá para suprir o grande déficit de vagas escolares existente na cidade. Será também um centro de experiência para criar programas educativos que atendam a realidade dos alunos, 95% oriundos das comunidades indígenas, criando espaços e iniciativas que diminuam o impacto da mudança. A meta é valorizar concretamente, dentro da escola, as culturas e os conhecimentos tradicionais dos alunos e dos diferentes saberes humanos, sem prejuízo das outras culturas existentes na escola. A escola estará muito ligada ao centro cultural, a biblioteca, aos centros de música, dança, línguas e artes indígenas. Enfim, será um centro irradiador de convivência educacional inter-étnico e pluricultural, que enriquecerá e enobrecerá a escola e a cidade.

AÇÕES PRIORITÁRIAS DESENVOLVIDAS OU EM DESENVOLVIMENTO - 97/98

Nº de ordem	Descrição da Ação	Origem dos Recursos			Total Investido
		Prefeitura	Convênios	Valor	
01	Infraestrutura básica da SEMEC	30.000,00			30.000,00
02	Construção de 15 escolas	85.000,00	SAE	227.000,00	312.000,00
03	Municipalização da Merenda Escolar (distribuição e supervisão)	85.000,00/ano			85.000,00
04	Reajuste Salarial de 45%	156.000,00/ano			156.000,00
05	Criação dos Conselhos Municipais: - De Educação e Cultura - CME - Da Merenda Escolar - CMME - Do FUNDEF				
06	03 Etapas do Curso de Formação para professores leigos (234 professores)	90.000,00	MEC/97	15.000,00	105.000,00
07	I Conferência Municipal de Educação	60.000,00			60.000,00
08	Implantação de 02 Cursos superiores de Licenciatura no Município	95.000,00	UFA	70.000,00	165.000,00
09	Municipalização e descentralização do Pré-Escolar na sede	115.000,00	Estado	15.000,00	130.000,00
10	Construção da Escola de 1º Grau do Dabarú (12 salas climatizadas)	120.000,00	Estado	747.000,00	867.000,00
11	Reforma geral do Colégio Municipal Dom João Marchesi (08 salas climatizadas)	80.000,00	Estado	457.000,00	537.000,00
12	Elaboração de três Projetos de Lei em via de aprovação na Câmara de Vereadores: - Sistema Municipal de Educação. - Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, incluindo Magistério Indígena. - Estatuto do Magistério, incluindo Magistério Indígena.				
Total de investimento 97/98					2.447.000,00
Obs. Descrevemos aqui somente investimento de ações prioritárias do "Programa de Educação Escolar Indígena", sem considerar outras ações básicas da Secretaria, do Quadro de Pessoal e da Manutenção da rede escolar.					

AÇÕES NÃO INICIADAS POR FALTA DE RECURSOS FINANCEIROS

01	Produção de Material Didático específico para as escolas indígenas e aquisição de 01 Minigráfica.	R\$ 240.093,00
02	Construção de 30 escolas para comunidades indígenas	R\$ 150.000,00
03	Curso de Formação de professores leigos (indígenas) - 03 etapas restantes	R\$ 105.000,00
04	Transporte Escolar fluvial	R\$ 50.000,00
05	Transporte Escolar terrestre (zona rural)	R\$ 60.000,00
06	Centro Cultural	R\$ 90.000,00
07	Construção de 01 biblioteca	R\$ 65.000,00
08	Realização de oficinas e cursos profissionalizantes específicos para escolas indígenas.	R\$ 50.000,00
TOTAL		R\$ 810.093,00

VIII - CRONOGRAMA DE TIVIDADES E ORÇAMENTO

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES - 1997

AÇÕES / METAS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	QTD	CUSTO UNIT.	CUSTO TOT
1. Criar infra-estrutura básica da SE-MEC.	■	■	■	■	■										
2. Construção e reformas de Escolas.						■	■	■	■	■	■	■			
3. Criação e consolidação dos Conselhos Municipais de Educação e Merenda Escolar.						■	■	■	■	■	■				
4. Supervisão das Escolas Indígenas.			■	■	■	■									
5. Início da Produção do Material Didático.						■	■	■	■	■	■	■			
6. Realização de eventos culturais.				■		■		■	■	■	■				
7. Promoção de campanhas educativas na questão ambiental.															
8. Construção da Escola Indígena Baniwa.								■	■	■	■	■			
9. Início de elaboração e reformulação dos currículos e regimentos das Escolas.								■	■	■	■	■			
10. Implantação do Programa de apoio aos professores indígenas.									■	■	■	■			
11. Início da construção das Escola de 1º Grau do Bairro do Dabarú.									■	■	■	■			
12. Atualizar, editar e divulgar o mapeamento escolar do Município.									■	■	■	■			
13. Criação da equipe de supervisores das escolas indígenas.								■	■	■	■	■			
14. 1ª Conferência Municipal de Educação.						■									

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES - 1998

AÇÕES / METAS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	QTD	CUSTO UNIT.	CUSTO TOT
1. Aquisição dos meios de transportes e equipamentos para produção de material didático.	■	■	■	■	■	■	■								
2. Construção e reformas de Escolas.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■			
3. Implantação da Alimentação Alternativa e da Municipalização da Merenda Escolar.			■	■	■	■	■	■	■	■	■	■			
4. Implantação do Programa de Formação aos Professores Indígenas.	■	■				■									
5. Supervisão Escolar.			■	■	■	■	■	■	■	■	■	■			

6.Continuidade de produção do Material Didático.																				
7.Promoção de encontros com professores de classes multiseriadas.																				
8.Encontro de aperfeiçoamento para coordenadores e diretores de Escolas.																				
9.Realização de eventos culturais nas Escolas.																				
10.Oficinas de dança, música e literatura.																				
11.Construção da Biblioteca Pública Municipal e Centro Cultural.																				
12.Implantação da Escola Baniwa.																				
13.Implantação da Escola Hupdé.																				
14.Elaboração e reformulação de currículos e regimentos.																				
15.Instalação da Rádio Educativa.																				
16.Visita a experiência pioneira em educação indígena.																				

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES - 1999

AÇÕES / METAS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	QTD	CUSTO UNIT.	CUSTO TOT
1.Construção e reformas de Escolas.															
2.Segunda Conferência Municipal de Educação.															
3.Programa de formação dos Professores Indígenas.															
4.Supervisão Escolar.															
5.Dar continuidade a programas culturais que fazem parte do calendário escolar do Município.															
6.Implantação de Cursos Técnicos/Profissionalizantes na Escola Baniwa.															
7.Primeiro ano de atividades na Escola do Bairro do Dabarú.															
8.Seminário de avaliação dos Projetos (02 anos).															
9.Encontro de avaliação dos materiais didáticos produzidos.															
10.Criação de oficina de teatro com estudantes indígenas.															

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES - 2000

ACÇÕES / METAS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	QTD	CUSTO UNIT.	CUSTO TO
1.Seminário de avaliação do Programa Quadrienal.															
2.Supervisão das Escolas.															
3.Aperfeiçoamento e reformulação dos materiais didáticos.															
4. Continuidade de Programas de Eventos Educativos.															
5.Campanha nas Escolas sobre Biodiversidade e Meio Ambiente.															
6.Revisão dos currículos e regimentos dos projetos de Escolas Baniwa e Hupdé.															
7.Reforma e construção de Escolas.															
8.Seminário Internacional sobre Educação Indígena na América Latina.															
9.Encontro de elaboração de propostas para os próximos 04 (quatro) anos.															
10.Continuidade das Oficinas de teatro e produção de espetáculos, resultantes das mesmas.															

IX - Orçamento

---+X - Anexos: mapas, documentos, dados